



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº.: 13862.000133/96-11
Recurso nº.: 13.362
Matéria : IRPF - EX.: 1994
Recorrente : LAÉRCIO VOLASCO
Recorrida : DRJ em SÃO PAULO - SP
Sessão de : 04 DE JUNHO DE 1998
Acórdão nº.: 102-43.095

MULTA - IRPF - Admite-se a imputação de multa de setenta e cinco por cento, nos casos de falta de recolhimento ou recolhimento após o vencimento do prazo, sobre o saldo de imposto apurado.

PROVA - Inadmite-se a exclusão da exigência fiscal fundada em simples, incomprovadas e insubstinentes alegações.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por LAÉRCIO VOLASCO.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

A. Dutra
ANTONIO DE FREITAS DUTRA
PRESIDENTE

C. Brito Ivo
CLÁUDIA BRITO LEAL IVO
RELATORA

FORMALIZADO EM: 17 JUL 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros URSULA HANSEN, VALMIR SANDRI, JOSÉ CLÓVIS ALVES, MARIA GORETTI AZEVEDO ALVES DOS SANTOS e FRANCISCO DE PAULA CORRÊA CARNEIRO GIFFONI. Ausente, justificadamente, a Conselheira SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO.

MNS



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 13862.000133/96-11

Acórdão nº. : 102-43.095

Recurso nº. : 13.362

Recorrente : LAÉRCIO VOLASCO

R E L A T Ó R I O

LAÉRCIO VOLASCO, nos autos identificado, recorre da decisão de fl. 39, proferida pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo - SP, que manteve parcialmente lançamento de imposto suplementar de 2.240, 71, acrescido de multa de ofício e juros de mora, referente ao ano calendário de 1993, exercício 1994.

O referido lançamento, fl. 03, decorre da alteração dos valores informados a título de despesas médicas e de imposto de renda na fonte.

Impugnado tempestivamente o lançamento, alega o contribuinte, ter cometido erro na conversão dos valores informados a título de despesas médicas, que totalizam a dedução de 1.582,23 UFIR, anexando comprovantes de recolhimento de imposto de renda na fonte, bem como das despesas médicas realizadas.

Proferindo a DRJ em São Paulo, o levantamento do efetivo dispêndio de despesas médicas, pelo contribuinte, no total de 1.730, 50 UFIR, bem como a comprovação da retenção na fonte no valor de 167,63 UFIR, decidiu pela procedência parcial do lançamento, apurando às fl. 39 e 42, imposto suplementar de 1.640,45 UFIR, com redução da multa de ofício de 100 % para 75%, no valor de 1.230,33 e restituição a devolver de 216,26.

Irresignado com a referida decisão, interpôs o contribuinte, fls. 45 e 46, recurso voluntário ao presente Conselho, alegando ser injusta a multa lhe imposta bem como, o imposto suplementar apurado, haja vista tratar-se de engano natural e não de má fé.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 13862.000133/96-11

Acórdão nº. : 102-43.095

Não oferecida contra-razões da Procuradoria da Fazenda Nacional conforme permissivo da Portaria n.189, de 11 de agosto de 1997, art. 1º . parágrafo 1º, inciso I, do Ministério da Fazenda.

É o Relatório.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 13862.000133/96-11
Acórdão nº. : 102-43.095

V O T O

Conselheira CLÁUDIA BRITO LEAL IVO, Relatora

Conhece-se do recurso por preencher os requisitos da lei.

Versa o presente recurso sobre a inaplicabilidade de multa de ofício de 75%, bem como da exoneração do pagamento de imposto de renda suplementar apurado pela autoridade monocrática julgadora em 1^a instância, referente ao ano-calendário de 1993, exercício 1994.

O referido lançamento decorre da alteração dos valores informados a título de despesas médicas, bem como de imposto de renda retido na fonte.

Alega o contribuinte em impugnação, ter efetuado erroneamente a conversão para UFIR dos valores informados a título de despesas médicas, comprovando através de documentação hábil, o referido dispêndio e retenção do imposto de renda na fonte.

Retificado o lançamento pela DRJ em São Paulo - SP em decisão de 1^a instância, alega o contribuinte ser injusta a multa de 75% lhe imputada, bem como o saldo de imposto apurado, em virtude de tratar-se de engano do contribuinte, ausente de má-fé.

A retificação da declaração de rendimentos, sem imputação de multa de ofício, apenas é autorizada ao contribuinte, quando comprovado erro nela contido e desde que seja solicitada mediante processo sumário, antes do início do processo administrativo fiscal, conforme dispõe art. 880 do Decreto nº 1.041, de 11 de janeiro de 1994 e art. 147 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Cláudia Brito Leal Ivo".



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº.: 13862.000133/96-11

Acórdão nº.: 102-43.095

"Art. 880 - A autoridade administrativa poderá autorizar a retificação da declaração de rendimentos, quando comprovado erro nela contido, desde que sem interrupção do pagamento do saldo do imposto e antes de iniciado o processo de lançamento de ofício (Decretos-lei ns. 1.967/82, art. 21, e 1.968/82, art. 6º).

Parágrafo único. A retificação prevista neste artigo será feita por processo sumário, mediante a apresentação de nova declaração de rendimentos, mantidos os mesmos prazos de vencimento do imposto."

Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966

"Art. 147 - O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

§ 1º - A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento.

§ 2º - Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela."

Conforme art. 7º do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o "procedimento fiscal tem início com: I - o primeiro ato de ofício, escrito, praticado por servidor competente, cientificando o sujeito passivo da obrigação tributária ou seu preposto"

Constata-se na presente hipótese, que a alegação de erro na elaboração da declaração de rendimentos pelo contribuinte, insurge posteriormente à notificação de lançamento, fato demarcador do início do procedimento fiscal, sujeitando-se dessa forma, à penalidade lhe imposta, nos termos do art.44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 13862.000133/96-11

Acórdão nº. : 102-43.095

"Art. 44. Nos casos de lançamento de ofício, serão aplicadas as seguintes multas, calculadas sobre a totalidade ou diferença de tributo ou contribuição:

I - de setenta e cinco por cento, nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, pagamento ou recolhimento após o vencimento do prazo, sem o acréscimo de multa moratória, de falta de declaração e nos de declaração inexata, excetuada a hipótese do inciso seguinte;

II - cento e cinqüenta por cento, nos casos de evidente intuito de fraude, definido nos arts. 71, 72 e 73 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, independentemente de outras penalidades administrativas ou criminais cabíveis.

§ 1º As multas de que trata este artigo serão exigidas:

I - juntamente com o tributo ou a contribuição, quando não houverem sido anteriormente pagos;

II - isoladamente, quando o tributo ou a contribuição houver sido pago após o vencimento do prazo previsto, mas sem o acréscimo de multa de mora;

III - isoladamente, no caso de pessoa física sujeita ao pagamento mensal do imposto (carnê-leão) na forma do art. 8º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que deixar de fazê-lo, ainda que não tenha apurado imposto a pagar na declaração de ajuste;

IV - isoladamente, no caso de pessoa jurídica sujeita ao pagamento do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, na forma do art. 2º, que deixar de fazê-lo, ainda que tenha apurado prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa para a contribuição social sobre o lucro líquido, no ano-calendário correspondente;

V - isoladamente, no caso de tributo ou contribuição social lançado, que não houver sido pago ou recolhido."



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

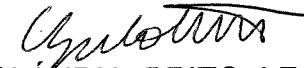
Processo nº. : 13862.000133/96-11

Acórdão nº. : 102-43.095

No tocante ao imposto de renda suplementar apurado, verifica-se que o cálculo foi efetuado de forma correta com observância da lei.

Incomprovados motivos justificadores para a alteração da exigência fiscal, e por tudo mais que nos autos consta, voto por negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões - DF, em 04 de junho de 1998.


CLÁUDIA BRITO LEAL IVO